



Universidade de Aveiro
2014

Departamento de Educação

**RICARDO
FILIPE DA
SILVA
CARDOSO**

**A imagem do psicólogo forense no contexto
judicial:
um estudo exploratório**



**RICARDO
FILIPE DA
SILVA
CARDOSO**

**A imagem do psicólogo forense no contexto
judicial:
um estudo exploratório**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Fernandes da Silva, Professor Catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro e da Doutora Catarina Pires da Rosa, Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) do Departamento de Educação.

o júri

presidente

Professora Doutora Sandra Cristina de Oliveira Soares
Professora auxiliar, Universidade de Aveiro

vogal - arguente

Professora Doutora Liliana Xavier Marques de Sousa
Professora Auxiliar com Agregação, Universidade de Aveiro

vogal - coorientadora

Professora Doutora Catarina Pires da Rosa
Bolsista de Pós-doutoramento da FCT na Universidade de Aveiro

agradecimentos

O primeiro e maior agradecimento devo-o à professora Catarina Rosa, pela sua disponibilidade, pela paciência que me dedicou e sobretudo pela assertividade das suas correções e sugestões. Uma gratidão que dedico também ao professor Carlos Silva, pela sua oportuna e indispensável supervisão.

Estou igualmente grato para com os sete entrevistados que cederam o seu tempo, o seu testemunho e - mais importante - a sua sensibilidade acerca do tema em prol deste trabalho. Foram os nossos “olhos e ouvidos” no contexto judicial, e sem eles este trabalho não teria qualquer valor.

palavras-chave

Psicologia; Psicologia Forense, Direito, Contexto Judicial, Representações Sociais, Imagem, Grounded Theory

resumo

O estudo da imagem pública da psicologia surge hoje como uma tarefa imprescindível no processo de reconhecimento social da sua identidade e utilidade. Com recurso à metodologia da *Grounded Theory*, este estudo permitiu identificar algumas representações sociais associadas à psicologia, em geral, e à actividade do psicólogo forense, em específico. É, portanto, um contributo para o que se entende ser uma necessidade para o futuro da psicologia, nomeadamente neste contexto – trabalhar no sentido de alterar as representações sociais a favor da imagem do psicólogo.

keywords

Psychology; Forensic Psychology, Law, Judicial Context, Social Representations, Image, Grounded Theory

abstract

The study of public image of psychology emerges today as an essential task in the social recognition process of their identity and usefulness. Using the *Grounded Theory* methodology, this study identified a number of social representations related to psychology, in general, and forensic psychologist's activity, in particular. It is therefore a contribution to what is meant to be a necessity for the future of psychology, particularly in this context - work to change the social representations in support of the image of the psychologist.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
<i>Imagem, representações sociais e atitudes</i>	7
<i>A Psicologia Forense</i>	9
<i>A Grounded Theory</i>	11
MÉTODO	14
<i>Participantes</i>	14
<i>Instrumento</i>	15
<i>Procedimento</i>	16
RESULTADOS	18
<i>Que representação da Psicologia?</i>	18
<i>Que representação dos psicólogos e do seu trabalho?</i>	20
<i>Que representação da Psicologia no contexto judicial?</i>	22
<i>Que representação da relação entre Psicologia e Direito?</i>	24
DISCUSSÃO	26
<i>A representação da Psicologia enquanto ciência</i>	26
<i>A representação da Psicologia como aplicada à infância e adolescência</i>	28
<i>A representação da Psicologia na relação com o Direito</i>	29
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	35
ANEXOS	40

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Caracterização dos participantes</i>	14
<i>Figura 2 - Perguntas do guião</i>	15
<i>Figura 3 - Representação da psicologia (categorias)</i>	18
<i>Figura 4 - Representação dos psicólogos e do seu trabalho (categorias)</i>	20
<i>Figura 5 - Representação da psicologia no contexto judicial (categorias)</i>	22
<i>Figura 6 - Representação da relação entre a psicologia e o direito (categorias)</i>	25

INTRODUÇÃO

É hoje inquestionável, até para os mais cépticos nesta matéria¹, que a psicologia é uma ciência social *madura*, no sentido em que determinou o seu objecto e conquistou o seu espaço entre os demais ramos das ciências sociais. Tal não significa, porém, que o caminho esteja todo percorrido, antes o contrário.

Por um lado, o estudo do comportamento e dos processos mentais é um objecto muito vasto e com aplicações quase infinitas às mais variadas áreas, exigindo estudo e produção de conhecimento constantes. Por outro, o processo de expansão desse conhecimento a novas realidades implica a necessidade permanente da psicologia afirmar o seu valor e o valor dos seus contributos².

Neste sentido, ao invés de ignorar ou afrontar o *cepticismo público* a que se refere Lilienfeld (2011), cabe aos psicólogos utilizar esse mesmo cepticismo como um indicador de excelência acerca da utilidade do trabalho desenvolvido e, sobretudo, dos pontos onde esse trabalho deve ser aperfeiçoado.³ Trata-se, no fundo, de obter junto daqueles que a psicologia serve uma avaliação desse serviço, e de utilizar essa informação - ainda que de teor negativo - para melhorá-lo, voltando depois ao início e fazendo tudo novamente.

É da repetição permanente deste processo dialético, aliás comum a todos os ramos da ciência, que se pode esperar um progresso mais rápido do conhecimento psicológico e da sua utilidade prática nos diversos contextos em que a psicologia intervém. Este é movimento cada vez mais recorrente em Portugal no âmbito específico da psicologia forense e que esperamos poder reforçar com o nosso contributo.

Através de uma abordagem qualitativa, pretendemos obter junto dos técnicos judiciais - em especial daqueles envolvidos no processo de tomada de decisão judicial - pistas sobre a representação que têm da psicologia, dos psicólogos e do seu trabalho, bem como da utilidade da psicologia no contexto judicial e das relações entre a psicologia e o

¹ Ver, por exemplo, as críticas feitas por Hayes (2004) à permissividade com que os próprios psicólogos continuam a aceitar um sem número de teorias que postulam entidades inobserváveis, por Lilienfeld (2010) aos próprios psicólogos por causarem parte do cepticismo público que envolve a psicologia ou ainda por Miller (2004), que relembrou a pertinência das críticas feitas quase 30 anos antes por Meehl (1978) acerca da lentidão no desenvolvimento científico da psicologia, especialmente do que considerou uma psicologia mais *leve*.

² Necessidade de afirmação que se faz sobretudo a dois níveis: o do rigor científico e o da utilidade social (Lilienfeld, 2011).

³ O autor entende mesmo que se deve “aproveitar o cepticismo público como uma oportunidade para nos ajudar a ser comunicadores mais efectivos da ciência psicológica.

direito. Acima de tudo, pretendemos suscitar e explorar novas perspectivas que ampliem o conhecimento e sirvam de incentivo ao futuro da investigação nesta área, ainda que isso signifique terminar o estudo com mais dúvidas.

Imagem, representações sociais e atitudes

Não é de agora o cuidado e a preocupação dos psicólogos acerca da sua imagem pública. Em 1996, Benjamin refere, a propósito da história da imagem pública da psicologia, que as primeiras tentativas dos psicólogos em melhorar a sua imagem pública ou reputação reportam a 1892 (Benjamin, 1996, pp. 941-943). O tema tem sido estudado desde então, embora de forma pouco consistente e regular. Apesar disso, há algumas ideias que se destacam ao longo da história da psicologia.

A primeira, identificada há muitas décadas, prende-se precisamente com a dificuldade que a psicologia tem em “ouvir o que dizem de si”. De facto, em 1967 Thumin e Zebelman reconheciam que, apesar de o público aparentemente conhecer melhor o trabalho dos psicólogos, ainda não estava convencido de que a psicologia era uma área tão valiosa como as tradicionais. Os autores acrescentavam que, no processo de promoção da imagem pública dos psicólogos, os objectivos estavam bem definidos e a mensagem ia sendo passada. A verdadeira falha estava na falta de estudo dos resultados - ou pelo menos do feedback - desse esforço, o que designaram por “pesquisa de avaliação” (Thumin & Zebelman, 1967).

Outra ideia muito relevante, que aliás já se evidenciava no trabalho de Thumin e Zebelman, é a dificuldade da imagem da psicologia se “emancipar” relativamente à imagem da psiquiatria. Neste sentido, um estudo de Webb e Speer (1986) concluía que o público americano tinha uma atitude favorável perante os psicólogos, que no entanto eram vistos como muito semelhantes aos psiquiatras e muito distintos dos cientistas. Esta dificuldade dos psicólogos em dissociarem a sua imagem da imagem dos psiquiatras manifestou-se também em dois outros estudos, um americano (Farberman, 1997) e outro australiano (Dempsey, 2007). Em ambos se concluiu que na população em geral ainda há uma grande confusão entre os psicólogos e outros profissionais da saúde, nomeadamente psiquiatras.

Isto não significa que as populações tenham uma opinião desfavorável da psicologia ou os psicólogos, como aliás depreendemos da maioria dos estudos que referimos antes. Veja-se, por exemplo, o estudo de Wood, Jones e Benjamim (1986), que compararam dados recolhidos através de uma pesquisa telefónica com os estudos realizados acerca da imagem da psicologia. Concluíram que a maioria da população tinha uma imagem positiva da psicologia e estava consciente das suas vertentes clínica e científica, apesar de desconhecer o impacto que podia ter nas suas vidas.

Vai no mesmo sentido a conclusão do estudo conduzido por Murstein e Fontaine (1993), que comparou o conhecimento, a satisfação e a confiança do público em nove profissões ligadas à saúde, entre as quais a de psicólogo. O resultado foi no sentido de apenas os médicos superarem - ligeiramente - os psicólogos no que toca ao conforto ou satisfação que o público lhes associa.

Outro aspecto que desde muito cedo orientou a pesquisa nesta área é a influência que os media e a arte parecem ter na imagem da psicologia. Nos finais da década de 60, McNeil (1959) fez uma breve história da imagem pública da psicologia e enumerou as facetas que são mais visíveis ao público, nomeadamente a utilização maciça e pouco criteriosa de métodos e técnicas da psicologia nos negócios ou na política, divulgados e incentivados pelos media e pela arte. Segundo o autor, são facetas como esta a razão para que o público tenha uma imagem menos positiva dos psicólogos do que a imagem que os psicólogos têm de si mesmos.

No mesmo âmbito, Sydow e Reimer (1998) levaram a cabo uma meta-análise de 60 estudos publicados entre 1948 e 1995 acerca das atitudes ou estereótipos perante os profissionais da saúde mental, nomeadamente os psicoterapeutas. Uma das suas principais conclusões foi a de que os problemas com a imagem destes profissionais estão muito ligados à acção da arte e dos media, nomeadamente à representação que fazem da psicanálise. Também Hampton, num pequeno artigo de 1970, não fazia um retrato muito motivador ou entusiasta das referências públicas à psicologia na América, nomeadamente na imprensa.

Podemos encontrar um exemplo deste impacto da imprensa nos resultados de um estudo muito interessante realizado na América. Este trabalho revelou que “apesar do *Times* ter sido entusiástico no seu apoio à psicologia nos anos imediatamente antes e depois da 1ª Guerra Mundial, a opinião editorial rapidamente se tornou negativa. Crítico da

psicologia por prometer mais do que podia entregar, ser inconsistente nas suas posições ao longo do tempo e não se erguer acima do nível do senso comum, o editorial do *Times* pesou muito para minar, em vez de promover, a credibilidade da psicologia a partir do final dos anos 1920 a 1940.” (Dennis, 2002, p. 371).

Apesar de encontrarmos na literatura irregularidades e inconsistências relativamente à imagem pública da psicologia, podemos por fim verificar que em todos estes estudos - como aliás em qualquer outro do mesmo género - o conceito de *imagem* surge sempre associado a outros dois, de tal modo que por vezes se confundem: as *atitudes* e as *representações sociais*. Devemos, portanto, estar particularmente atentos à existência de manifestações destes fenómenos, razão pela qual no âmbito deste estudo consideramos importante destacar a sua definição.

Com base no conceito de Jones (1984), por atitudes em relação à psicologia entenderemos as “combinações de conceitos, informação verbal e emoções, que resultam numa predisposição para responder favorável ou desfavoravelmente a um grupo de pessoas, ideias, acontecimentos ou objectos” relacionados com esta área de conhecimento. São, portanto, um mecanismo psicológico que condicionará a resposta de cada indivíduo para com a psicologia.

Já a representação social deve ser entendida como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com um objecto prático e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social...” (Jodelet, 1994, pp. 36-37 e p. 43).

Partindo destes fenómenos, interessa-nos particularmente focar a atenção na imagem da psicologia forense e dos seus profissionais, subtema que também tem tido a sua quota de estudo. A este propósito, devemos recordar que Webb (1989) comparou diferentes métodos de estudar a imagem pública dos psicólogos, e uma das principais conclusões a que chegou foi a de que a abordagem mais útil é precisamente estudar populações específicas, seleccionadas com base na informação que se pretende obter. É nesta linha de investigação que se insere o nosso estudo.

A Psicologia Forense

A definição de Psicologia Forense mais recente e internacionalmente aceite é-nos dada pela Sociedade Americana de Psicologia:

“Forensic Psychology refers to professional practice by any psychologist working within any subdiscipline of psychology (e.g., clinical, developmental, social, cognitive) when applying the scientific, technical, or specialized knowledge of psychology to the law to assist in addressing legal, contractual, and administrative matters (...) may include a wide variety of psycholegal roles and functions (...) as researchers (...) advisors (...) consultants (...) examiners (...) treatment providers (...) mediators or negotiators (...) arbiters (...) case managers” (American Psychological Association, 2013; em Silva & Bem-haja, 2014, p. 30).

A psicologia forense pode ainda ser definida como uma “subdisciplina da psicologia da justiça que se ocupa da aplicação do conhecimento psicológico ao serviço da tomada de decisão judicial” (Manita, 2012, p. 17). Também Gonçalves (2010, p. 7) tinha sublinhado esta vocação de auxiliar na tomada de decisão judicial, ao afirmar que a psicologia forense “tem como objecto a avaliação do comportamento humano nos vários contextos que a Justiça lhe franqueia, sobretudo numa perspectiva pré-sentencial”. Uma ideia que encontramos de forma mais clara ainda na definição de Howitt (2009; em Silva & Bem-Haja, 2014, p. 30), que define a psicologia forense como “um ramo da psicologia aplicada que se dedica à colheita, exame e apresentação de provas para fins judiciais.”

Relativamente à história da psicologia forense em Portugal, podemos considerar que se iniciou na última década do séc. XIX, e que até meados do século seguinte teve um pendor sobretudo criminal. Na década de 1960 abrandou o seu desenvolvimento, embora tenha sido nessa altura que o Instituto Superior de Psicologia Aplicada tenha iniciado em Portugal o estudo da psicologia a nível superior, ainda que sem incluir na sua oferta a psicologia forense. A partir dos anos 70, assistiu-se a um grande desenvolvimento da psicologia forense em Portugal, expresso de três formas: inserção de profissionais no mercado de trabalho (nomeadamente em entidades públicas da área da justiça), produção científica e formação académica, pública e privada (Gonçalves 1996, 2006, 2010).

De facto, os progressos mais recentes e relevantes neste campo têm sido divulgados. É o caso da aferição e validação de instrumentos de avaliação psicológica

forense no contexto nacional, assim como a crescente preocupação com a fundamentação teórica e empírica destes mesmos instrumentos (Gonçalves & Machado, 2005; Machado, 2005 e 2006).

De igual modo, também as dificuldades que a psicologia forense tem encontrado recentemente estão levantadas e têm sido discutidas sem medos. (Gonçalves, 2010; Gonçalves & Machado, 2011; Machado, 2006; Matos, Gonçalves & Machado, 2011). Neste campo, destaca-se a necessidade do psicólogo forense ser humilde na sua intervenção pericial, reconhecendo e esclarecendo o próprio tribunal de que o seu conhecimento e capacidades são limitados, e que portanto a sua verdade é probabilística e não absoluta. (Gonçalves, 2010).

No contexto internacional, merece destaque um trabalho desenvolvido no final da década de 70 por Bersoff e Prasse (1978) acerca do impacto do conhecimento psicológico e dos dados recolhidos a partir de contextos aplicados na tomada de decisão judicial. Os autores enumeraram algumas razões para que os tribunais - americanos no caso - nem sempre recorressem aos contributos da psicologia, e deixaram ainda propostas para que os próprios psicólogos promovessem e valorizassem esses mesmos contributos.

Quase 20 anos depois, Vijver traçava um cenário mais encorajador. O autor concluía mesmo que “nos Estados Unidos, no Reino Unido e provavelmente vários outros países os psicólogos têm um impacto crescente no que está a acontecer nos tribunais.” (Vijver, 1995, p. 58).

Com este estudo pretendemos contribuir para aumentar o nosso conhecimento sobre a imagem do psicólogo forense em Portugal, através da perspectiva de quem colabora com estes profissionais no terreno.

A Grounded Theory

Tendo em conta o carácter exploratório deste estudo, o facto de procurarmos identificar questões relevantes e não apresentar evidências estatísticas e, sobretudo, o objectivo de aceder a experiências, comportamentos, convicções - e, inevitavelmente, sentimentos ou emoções - dos participantes, considerámos pertinente utilizar uma abordagem qualitativa.

De acordo com Mucchielli (1991, p. 3, citado em Holanda, 2006, p. 362), “os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenómenos (visíveis ou ocultos). Esses fenómenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão...)”. Deste modo, a opção por uma metodologia qualitativa permite-nos ambicionar encontrar pontos estratégicos para possíveis intervenções, porque permite trazer à luz novas questões e fazer emergir alternativas que não tinham sido previamente consideradas (La Cuesta, 1998).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características: i) os dados são retirados do ambiente natural e a interpretação do investigador é o instrumento-chave de análise; ii) é descritiva; iii) interessa-se mais pelo processo do que pelo produto iv) os dados são analisados de forma indutiva (o investigador não presume que sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes no início da investigação, que emergem com o avançar da investigação e a análise dos dados); v) interessa compreender as experiências do ponto de vista dos participantes (o que experimentam, como interpretam essas experiências e como estruturam o mundo social em que vivem) (Psanthas, 1973; citado por Bogdan & Biklen, 1994).

É, portanto, notória a matriz construtivista dos métodos qualitativos, evidente na afirmação de que o conhecimento se vai construindo com a participação - mesmo a influência - subjectiva do investigador. Ao contrário do que defende o paradigma positivista característico dos métodos quantitativos, o investigador não se acha capaz de apreender a realidade sem a influenciar no processo.

Relativamente à investigação em psicologia, importa-nos sobretudo o trabalho desenvolvido no âmbito do Construtivismo Social, sendo que uma das ideias centrais está bem ilustrada na convicção de Guba e Lincoln (1984; em Sendas, Maia e Fernandes, 2007): nas ciências sociais, investigador e sujeito estudado envolvem-se necessariamente numa relação dialógica, e o conhecimento contado ou escrito é sempre um “dueto”.

Tendo em conta todos estes aspectos, bem como as características e os objectivos da investigação, considerámos que a metodologia qualitativa mais adequada para este estudo seria a *Grounded Theory*. Esta teoria surgiu na década de 60 no contexto dos estudos sociológicos de Glaser e Strauss e sofreu influências do interaccionismo simbólico de Blummer e Hughes. De acordo com Santos e Luz (2011), “o estudo que marca a criação

do método desenvolvido por Glasser e Strauss – the Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research - surgiu com o objectivo de contestar o paradigma positivista da ciência que parte do estudo de hipóteses hipotético-dedutivas.”

Pires (2001; em Sendas, Maia & Fernandes, 2007), apontava os três pilares desta metodologia: i) a leitura do significado das coisas (pessoas, situações, instituições...) enquanto produto das interacções sociais; ii) a necessidade de recorrer a um processo interpretativo para “extrair” esses significados (e, portanto, o necessário envolvimento do investigador no processo); iii) a consciência de que o significado que as pessoas atribuem às coisas pode determinar o modo como aquelas se comportam perante estas.

Deste modo, e embora a *Grounded Theory* tenha ela própria sido alvo de algumas discussões e gerado no seu seio opções metodológicas com nuances próprias⁴, para o efeito deste trabalho o mais relevante é ter presente que a construção de teoria é a pedra basilar da *Grounded Theory*, e que, portanto, a metodologia de trabalho se centra numa modalidade de pensamento indutivo com base no qual se recolhem, analisam e conceituam os dados qualitativos de forma a traduzi-los numa teoria (Sendas, Maia & Fernandes, 2007).

De acordo com Fernandes e Maia (2001), “o método da *grouded theory* consiste num conjunto de procedimentos sistemáticos e rigorosos de análise de dados, organizados numa sequência que tende para uma maior complexidade e integração.” Em termos práticos, esta metodologia concretiza-se nos seguintes aspectos: i) simultaneidade da recolha e análise dos dados; ii) definição de códigos e categorias de análise dos dados a partir destes e não de hipóteses prévias; iii) construção de teorias provisórias para explicar os comportamentos e processos; iv) escrita sistemática de memorandos sobre a análise dos dados com vista à construção e explicação de categorias; v) realização sistemática de comparações entre os dados, entre os dados e os conceitos e entre os próprios conceitos; vi) utilização de uma amostragem teórica que facilite a construção de teorias e o refinamento de categorias sem preocupação com a sua representatividade; vii) tendência para fazer a revisão bibliográfica após a realização da análise dos dados (Glaser & Strauss, 1967; em Sendas, Maia & Fernandes, 2007).

⁴ A este respeito, ver Santos & Luz (2011).

MÉTODO

Participantes

O nosso estudo contou com a participação de sete actores judiciais que trabalham maioritariamente na região litoral centro. Um deles é do sexo feminino e seis do sexo masculino, e as suas idades variam entre os 28 e os 46 anos. O tamanho da amostra foi definido de acordo com o método de saturação teórica dos dados, a maioria dos participantes foi seleccionada aleatoriamente por um terceiro, a quem dirigimos um pedido informal para o efeito.

Não foram colocadas quaisquer restrições acerca do sexo, idade, experiência profissional ou local de trabalho dos participantes. No entanto, tivemos o cuidado de garantir que a amostra integrasse os principais actores judiciais em número semelhante, permitindo uma visão mais rica e representativa do contexto judicial e não apenas de uma classe profissional em concreto. Fizemos somente uma excepção: os juízes, a quem cabe normalmente a última e mais importante decisão judicial, tiveram um participante adicional para reforçar a saturação teórica dos dados.

A amostra do nosso estudo é, assim, constituída por três juízes, dois procuradores e dois advogados, conforme se pode ver na Figura 1.

ENTREVISTAS	EXPERIÊNCIA		SEXO	PROFISSÃO
	IDADE	(anos)		
E1	45	21	Feminino	Juíza
E2	41	15	Masculino	Juiz
E3	46	21	Masculino	Juiz
E4	28	4	Masculino	Advogado
E5	35	7	Masculino	Procurador
E6	41	16	Masculino	Procurador
E7	44	19	Masculino	Advogado

Figura 1 - Caracterização dos participantes

Instrumento

Para a recolha de dados realizámos entrevistas semi-estruturadas a partir de um guião construído de raiz para este estudo. Este guião é composto por seis perguntas abertas, estratégia que nos parece limitar a sugestionalidade, diminuindo o grau de constrangimento que inevitavelmente surge neste tipo de investigação.

Não podemos esquecer, todavia, que esta amostra pertence a um sector de actividade onde as entrevistas normalmente assumem um carácter muito formal e público, por vezes mesmo de interrogatório. Por outro lado, a formação dos juristas é marcadamente lógica, e portanto mais susceptível de produzir respostas directas e limitadas à informação relevante para a questão que têm pela frente, por norma segundo raciocínios previamente concebidos (lei, jurisprudência ou doutrina).

Assim, e uma vez que pretendíamos precisamente o oposto - respostas abertas e completas, se possível com carácter subjectivo inerente à experiência e às convicções de cada um - preparámos para cada uma das quatro questões principais algumas questões adicionais mais específicas. Porém, apenas utilizámos estas sub-questões depois de respondida a questão principal e quando a postura do entrevistado nos levou a crer que tinha mais informação para partilhar e dificuldade em fazê-lo.

Apesar de mais específicas, também as sub-questões tiveram um carácter tão aberto quanto possível, e permitiram-nos um equilíbrio entre recolher mais informação e simultaneamente não a influenciar (Figura 2).

Nº	PERGUNTA
1.	Na sua opinião, o que é a psicologia?
1.1.	Que dimensões ou facetas lhe reconhece/ é capaz de identificar?
2.	De acordo com o que vê, o que ouve e o que lê, de que forma lhe parece que a sociedade encara a psicologia?
2.1.	Quais as referências à psicologia que encontra no dia-a-dia?
2.2.	Em geral, como considera essas referências?
3.	O que é que a psicologia representa para si?
3.1.	De que modo teve o primeiro contacto com a psicologia?
3.2.	De que modo tem contacto com a psicologia actualmente?

- 3.3. Na sua perspectiva, a psicologia tem um papel social?
- 4. Qual a sua perspectiva acerca dos psicólogos e do seu trabalho?**
 - 4.1. De que se ocupa o psicólogo, sobre o que incide o seu trabalho?
 - 4.2. Tem conhecimento efectivo ou uma ideia sobre os instrumentos que o psicólogo utiliza para desenvolver o seu trabalho?
 - 4.3. Em que áreas actua - ou devia actuar - o psicólogo?
- 5. Como encara a integração da psicologia no contexto judicial?**
 - 5.2. Que contributos específicos pode dar nesse contexto?
 - 5.3. Em que ramos do direito?
- 6. Pode definir ou caracterizar a relação entre a psicologia e o direito?**
 - 6.1. Que pontos de proximidade ou afastamento existem entre ambos?

Figura 2 - Perguntas do guião

Procedimento

Depois de obtida a devida autorização, um funcionário judicial seleccionou aleatoriamente a amostra de acordo com os seus próprios contactos no âmbito profissional. Não demos a este terceiro qualquer instrução senão os três tipos de actores judicial que pretendíamos entrevistar. Não definimos inicialmente, inclusive, o número de entrevistados pretendido, fechando a amostra apenas quando entendemos estar atingida a saturação de dados.

Assim, este terceiro seleccionou os entrevistados e facultou-nos os seus contactos para que agendássemos as entrevistas de acordo com a sua disponibilidade relativamente ao tempo e ao lugar. Como tal, algumas entrevistas foram realizadas em casa ou no escritório dos entrevistados, enquanto outras tiveram lugar no próprio tribunal. Todas as entrevistas começaram com uma breve exposição acerca do tema e do propósito do trabalho, a garantia de anonimato e a assinatura do consentimento informado (anexo 1). Cada entrevistado respondeu ainda a algumas questões relativas à caracterização da amostra (anexo 2). Todas as entrevistas foram gravadas em registo áudio e logo transcritas na íntegra e codificadas à medida que aconteceram.

O procedimento de codificação decorreu em três momentos sucessivos, correspondentes aos três tipos de codificação - aberta, axial e selectiva - e em todas elas foi orientado por uma atitude constante de questionamento e comparação entre respostas (Fernandes & Maia, 2001).

A primeira fase, de codificação aberta, consistiu em fazer questões e comparar as respostas, identificando e agrupando os conceitos relevantes em categorias. Para isso, decompusemos as respostas em unidades de análise e, com base na técnica de *codificação aberta linha a linha*, seleccionámos os conceitos relevantes que de seguida agrupámos em categorias a partir de “relações de similaridade entre conceitos que parecessem associar-se ao mesmo fenómeno” (Fernandes & Maia, 2001, p. 57).

Seguiu-se a codificação axial, através da qual procurámos estabelecer ligações entre as categorias construídas na codificação aberta. Estas relações são de ordem diversa, relacionando-se com as causas do fenómeno, o contexto, condições intervenientes, estratégias de acção ou consequências, entre outros (Sendas, Maia & Fernandes, 2007). Tratou-se, no fundo, de organizar as categorias em questão agrupando-as e relacionando-as entre si.

Na terceira fase, denominada como codificação selectiva, relacionaram-se as categorias com as subcategorias e encontraram-se as categorias principais. A relevância desta fase, que muitas vezes se confunde com a anterior, está precisamente na definição das categorias centrais, isto é, nos fenómenos à volta dos quais todos os outros foram integrados e que, deste modo, constituíram as pedras angulares da teorização que se seguiu (Fernandes & Maia, 2001).

Com efeito, realizadas a análise e codificação dos dados, procedemos à sua integração sob a forma de uma teoria. Tal como as anteriores, também esta tarefa foi pautada por um esforço de questionamento e comparação constantes, nomeadamente entre as respostas dos diferentes entrevistados, bem como um esforço adicional de integração. Dado que a codificação de cada entrevista era feita de imediato, durante a recolha de dados foi possível comparar constantemente as codificações já efetuadas com os novos dados recolhidos em cada entrevista, aprofundando assim as relações que existiam entre categorias e subcategorias ou criando relações diferentes a partir de novos conceitos relevantes que iam surgindo.

RESULTADOS

Como dissemos antes, o objectivo que traçámos para este trabalho foi obter, junto dos vários técnicos judiciais, pistas sobre a representação que fazem da psicologia, dos psicólogos e do seu trabalho, bem como da utilidade da psicologia no contexto judicial e das relações entre a psicologia e o direito. Estes quatro pontos transformaram-se, conseqüentemente, nas quatro questões que orientaram toda a análise dos dados, impondo-se agora que a apresentação dos resultados seja organizada desta forma.

Que representação da Psicologia?

De acordo com os dados recolhidos, a representação que os participantes fazem da psicologia parece dividir-se em cinco categorias (figura 3), sendo que a descrição do seu objecto surge como categoria central, nomeadamente a definição enquanto ciência. Aparte especificidades que abordaremos adiante, não houve um único que não identificasse a psicologia como ciência ou estudo sistemático. A maioria apontou o estudo do comportamento como sendo o seu objecto. Alguns apontaram as emoções, outros a psique (ou mente). Houve ainda um entrevistado que referiu a cognição e um outro as relações interpessoais.



Figura 3 - Representação da psicologia (categorias)

Num quadro geral, a nossa amostra reconhece na psicologia uma dimensão mais subjectiva e outra mais objectiva. A primeira prende-se sobretudo com o auto-

conhecimento e o crescimento enquanto indivíduos, assim como com as relações interpessoais e o conhecimento do outro. Um aspecto bastante sublinhado foi a importância da psicologia para aperfeiçoar comportamentos e favorecer relações pessoais e profissionais.⁵ No entanto, esta dimensão mais subjectiva da psicologia surge relacionada também com o seu papel social de (re)integração do indivíduo e de promoção do convívio e da agregação social. Houve ainda quem referisse a psicologia enquanto conhecimento transversal, que interessa a todos.

Já a dimensão mais objectiva é identificada com a vertente clínica ou médica que os entrevistados veem na psicologia. Opõe-se à dimensão subjectiva, de que falámos antes, mas também à sistemática ou académica, isto é, ao estudo da psicologia (que em geral os entrevistados vêem como uma categoria distinta). Nesta dimensão mais objectiva, a psicologia é vista acima de tudo como um elemento de ajuda ou solução para doenças e perturbações das pessoas, um instrumento associado à saúde e ao bem-estar mental. Mas surge também como um apoio indispensável em situações de trauma, catástrofes e problemas pessoais em geral. Embora poucas vezes, a psicologia também foi descrita como uma área da medicina e uma antecâmara ou derivação da psiquiatria, usada quando ainda não é necessária medicação.

Uma outra categoria presente em várias respostas prende-se com as dificuldades de afirmação da psicologia enquanto ciência nova para a generalidade dos cidadãos, representado portanto um conhecimento social pouco sedimentado. A este respeito, considerou-se que a psicologia é por vezes vista como um entretenimento ou perda de tempo, por duas ordens de razão: i) devido à falta de profissionalismo e, consequentemente, de confiança por parte da sociedade; ii) devido à convicção ainda muito enraizada na nossa sociedade de que só com químicos se curam doenças ou perturbações. Por outro lado, um dos entrevistados identificou um estigma ou estereótipo associado àqueles que recorrem à psicologia que prejudica a sua reputação e afasta as pessoas: estas só recorrem à psicologia em última linha, quando estão em tal estado que geralmente já são mal vistos pela sociedade.

A propósito da representação da psicologia - e embora não constitua uma categoria distinta mas um dado caracterizador da nossa amostra -, talvez seja importante referir que praticamente todos os entrevistados tiveram um primeiro contacto com a psicologia por

⁵ Sobretudo no caso dos advogados, que veem na psicologia uma ferramenta fundamental para a gestão processual e para gestão de conflitos com clientes.

vias diferentes. Fosse através do estudo da filosofia, da frequência de uma disciplina de psicologia na escola ou universidade, da avaliação vocacional no ensino secundário, da experiência de doença mental de um familiar próximo, ou de diligências processuais, a psicologia parece ter entrado na vida destes profissionais por vias muito distintas.

Que representação dos psicólogos e do seu trabalho?

Os psicólogos são descritos como possuidores de uma formação e sensibilidade diferentes, assim como profissionais muito importantes em vários contextos - mesmo em todos, segundo um dos participantes. Já o objecto do seu trabalho é descrito essencialmente de três formas: i) o estudo de comportamentos e atitudes; ii) o acompanhamento sobretudo de crianças e adolescentes; iii) o tratamento de problemas pessoais (figura 4).



Figura 4 - Representação dos psicólogos e do seu trabalho (categorias)

De acordo com a nossa amostra, a principal área onde o psicólogo deve actuar é precisamente a área da justiça. Este resultado, menos generalizável porque claramente influenciado pelo contexto e amostra do estudo, traz todavia consigo uma ideia muito interessante: a intervenção do psicólogo no contexto judicial não deveria ser feita apenas com recurso a peritagens, mas devia ser enquadrada em equipas multidisciplinares e numa

lógica de avaliação (à semelhança do que já acontece, por exemplo, com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco).

Além da justiça, as principais áreas de actuação dos psicólogos destacadas são a educação - intervenção tanto nas escolas (primárias, secundárias) como nos infantários - e a saúde - intervenção mais institucional ou de domínio público nos hospitais ou lares, e mais particular ou de domínio privado em clínicas. Em último plano surge a intervenção nas empresas, sobretudo na vertente de recursos humanos. Uma relevante é a de que a actuação do psicólogo, na maioria destas áreas senão em todas, devia ser sobretudo de prevenção e não de reparação ou recuperação.

Outra ideia recorrente nestas entrevistas é a associação do psicólogo a uma grande dificuldade em entrar no mercado de trabalho, ideia interessante quando se atende à justificação de que a intervenção do psicólogo é secundarizada por “não ser essencial à vida quotidiana em sociedade”. Por outro lado, houve também quem reconhecesse, como dissemos antes, que o psicólogo tem um campo de actuação vasto - abrange quase todas as áreas -, o que acaba por ser bom do ponto de vista das saídas profissionais.

O conhecimento acerca dos instrumentos utilizados pelos psicólogos no desenvolvimento do seu trabalho parece ser muito residual. Pouco certos do que diziam, alguns dos participantes supuseram que os psicólogos utilizam questionários ou escalas, figuras e desenhos, jogos, testes pré-feitos e estudos. Houve ainda um participante que referiu a *chaise long*, numa associação clara à psicanálise, e dois outros que admitiram não ter qualquer ideia sobre o assunto. A este respeito, apenas um dos entrevistados revelou algum conhecimento acerca dos instrumentos ao referir, a propósito dos questionários e escalas, que eles “ajudarão a objectivar aquilo que decorre da subjectividade de cada pessoa e de cada caso.”

Há, por fim, duas referências que devemos destacar a propósito da representação dos psicólogos, não pela quantidade de vezes que foram mencionadas (apenas uma), mas pelo que significam. A primeira diz respeito à descrição do psicólogo como “um médico sem o ser”, e a segunda a associação imediata do psicólogo a Freud.

Que representação da Psicologia no contexto judicial?

A integração da psicologia no contexto judicial é encarada de várias formas e sob diversos prismas (figura 5). Começemos pela importância que a maioria dos participantes - em especial os juizes - lhe reconhecem em tribunal, nomeadamente em julgamento, e que se apreende facilmente nesta afirmação: “acho que cada juiz tem que ter em si um pouco de psicólogo.”

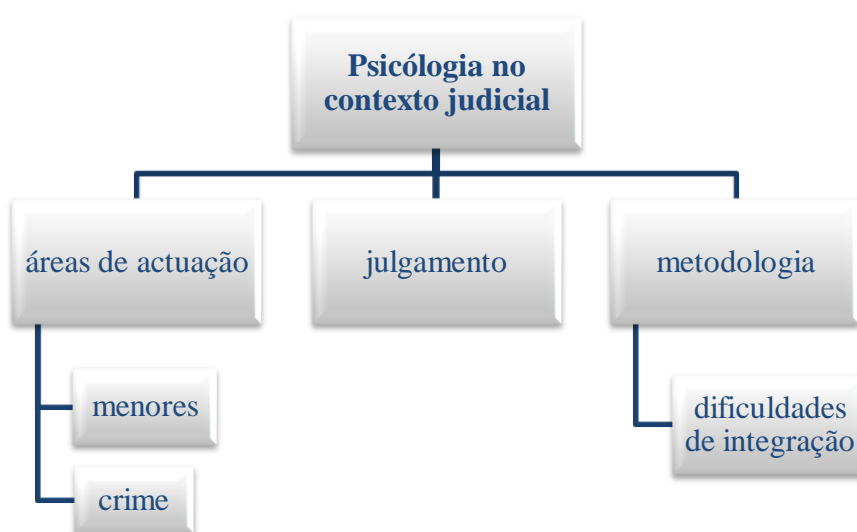


Figura 5 - Representação da psicologia no contexto judicial (categorias)

De facto, em sede de julgamento são atribuídas à psicologia várias valências, a primeira das quais na avaliação dos factos e provas, em específico na reconstituição de acontecimentos. Neste plano, destaca-se a importância do testemunho e da averiguação da verdade: importa ter atenção aos processos de recuperação e reconstituição de memória, com a noção clara de que “mentir é diferente de faltar à verdade”, ou seja, mesmo quando as pessoas não estão a mentir deliberadamente podem não estar a dizer a verdade.

A utilidade da psicologia neste contexto estende-se aos métodos de interrogatório, a principal forma de contacto ou relação com os intervenientes no caso dos magistrados. De facto, trate-se de arguidos (nomeadamente criminosos) ou vítimas, a avaliação de respostas e comportamentos em sede de interrogatório pode beneficiar em muito do suporte da

psicologia. A este respeito, é relevante que os juízes admitam fazê-lo de acordo com a sua intuição.

Ainda no contexto do julgamento, foi também apontada utilidade à psicologia no momento de determinação da pena, sobretudo quando está em causa a reintegração social da pessoa a condenar. No mesmo sentido, devemos registar uma única referência à utilidade da psicologia quando é suscitada a questão da inimputabilidade do arguido.

A ideia de que “cada juiz deve ter em si um pouco de psicólogo, antes mencionada, aplica-se de modo especial a outra função do julgamento que geralmente não é considerada: aquilo que um dos participantes apelidou de *catarse*. Trata-se, no fundo, do efeito benéfico que tem para as vítimas serem ouvidas em tribunal, “porque é mais apaziguador por vezes a vítima ser ouvida do que propriamente o resultado final do julgamento.”

Relativamente às áreas do direito em que a psicologia pode útil, a posição dos entrevistados é quase unânime: família e menores - com clara evidência da tutela de menores - e o crime, ou seja, o direito penal e processual penal. No primeiro caso, merece destaque a ideia de que, quando está em causa a tutela de menores, o juiz tem uma perspectiva mais aberta: não é como no comum dos processos, em que condena ou absolve, mas há que avaliar entre um conjunto de medidas qual a melhor para o futuro de cada criança, aplicá-la, e depois acompanhar e avaliar a sua aplicação. Também na vertente criminal a participação da psicologia parece ser duplamente valorizada quando se trata de crimes de natureza sexual contra menores. A única exceção a estas duas áreas foi uma referência à utilidade da psicologia nos casos cíveis que envolvam danos não-patrimoniais.

Num plano mais metodológico, transversal a todas as áreas, merecem destaque duas ideias. Em primeiro lugar, o reconhecimento quase geral da falta de formação específica em psicologia e da necessidade da mesma, sobretudo por parte dos magistrados. Em segundo lugar, a inovação já a florada antes acerca da necessidade de um novo paradigma de trabalho judicial: as equipas multidisciplinares. De acordo com um dos magistrados “melhor do que estar a mandar alguém fazer o relatório era discutir aquela situação entre as várias áreas representadas à mesa, se for necessário ir ao local todos juntos...” Também neste sentido, um outro magistrado aponta a necessidade de o psicólogo acompanhar todo o julgamento e não apenas de se pronunciar sobre um aspecto em concreto.

No plano da integração da psicologia no contexto forense, porém, a falta de formação específica em psicologia não é a única dificuldade identificada. Um dos magistrados nomeou quatro outros factores que não favorecem a imagem da psicologia e a sua integração neste contexto: i) não dá respostas exactas; ii) tem uma linguagem técnica, difícil de interpretar; iii) é geralmente utilizada como expediente dilatatório (logo inútil) por parte das defesas; iv) implica uma concorrência de saberes (o científico ou académico, dos psicólogos, e o prático, dos magistrados) difícil de aceitar por parte dos magistrados, acabando por criar uma certa tensão e “autocracia” dos mesmos. A par destas dificuldades, foi ainda referida a existência, no sistema judicial, de uma variedade de actores com posturas diferentes, todas elas muito específicas, sendo que o psicólogo tem que saber a quem se dirige a sua colaboração e adaptar a sua postura e o seu trabalho.

Por último, devemos ainda sublinhar uma ideia que vai em sentido contrário ao que acabámos de referir: a de que a psicologia não influencia apenas directamente a actuação de juízes, procuradores, advogados ou outros actores judiciais: a influência da psicologia estende-se às próprias leis, que reflectem a sua evolução, e portanto vincula indirectamente o comportamento daqueles mesmos actores. É exemplo o princípio do superior interesse da criança, hoje incontornável em qualquer processo que envolva a tutela de menores.

Que representação da relação entre Psicologia e Direito?

A propósito da relação entre a psicologia e o direito, a postura dos entrevistados parece oscilar entre o benefício e a necessidade de cooperação entre estas duas ciências e a dificuldade - ainda que pouco assumida - em que esta cooperação se concretize (figura 6). Este fenómeno é, aliás, muito claro no que acabámos de expor acerca da integração da psicologia no contexto forense. Ainda assim, devemos colocar em destaque quer os aspectos que os participantes identificaram como aproximando a psicologia e o direito, quer os pontos que os afastam.



Figura 6 - Representação da relação entre a psicologia e o direito (categorias)

Os pontos de proximidade são claramente mais e parecem ter no discurso dos entrevistados um peso maior. Além de ambas serem ciências sociais, é desde logo o sentido de equilíbrio e a procura da verdade que aproxima estas duas áreas do saber: ambas tentam compreender as emoções e os comportamentos e simultaneamente moderá-los. Do mesmo modo, ambos se debruçam sobre o ser humano, implicam o contacto imediato com as pessoas, requerem capacidade de interação e relacionamento e favorecem a conciliação ou a aproximação. Partilham portanto a missão de ajudar as pessoas e servir a sociedade.

Por outro lado, a psicologia versa sobre os mecanismos psicológicos e a personalidade, e o direito sobre actos ou acontecimentos que são a concretização dessa mesma personalidade: são, portanto, complementares nesse aspecto. Além disso, têm em comum um grande pendor de subjectividade e abstração: o direito implica a interpretação de leis abstratas e a psicologia a interpretação de teorias abstratas, mas ambos para aplicação ao caso concreto.

Relativamente aos aspectos que afastam direito e a psicologia está, em primeiro plano, o facto de o direito ser mais *frio*. De acordo com um dos participantes o direito “afasta-se mais das pessoas para atender a textos e legislações”. Neste sentido, o direito é visto como mais normativo, imperativo ou vinculativo, enquanto a psicologia está associada a uma intervenção mais livre, individualizada ou subjectiva, e portanto mais próxima de cada pessoa em concreto.

Outra diferença referida foi a de que o direito é uma área de pendor mais social, enquanto a psicologia uma área mais médica. Por último, a psicologia é associada à intervenção feita geralmente a jusante, ou seja, a tarefa de compreender as “vontades sociais”. Já ao direito cabe intervir a montante, regulando-as.

DISCUSSÃO

Os dados que obtivemos - e dos quais apresentamos aqueles que entendemos serem mais relevantes para o objectivo inicialmente definido - são muito ricos, e suscitam inúmeras questões, o que é aliás uma característica comum na investigação qualitativa. De seguida apresentaremos as três dimensões que no decorrer da análise se evidenciaram como centrais para aprofundar a nossa compreensão da imagem do psicólogo forense no contexto judicial. Correspondem a três representações relativamente à psicologia.

A representação da Psicologia enquanto ciência

A primeira questão prende-se com a representação da psicologia no contexto judicial. Como vimos, a psicologia é reconhecida por todos os participantes como uma ciência e, sendo esta a nossa categoria central, é a partir daqui que devem ser lidos todos os restantes dados. Ora, uma ciência deve ter um objecto bem definido, e as suas várias áreas, dependendo do prisma que a considerarmos (académico, profissional,...), devem ser facilmente identificáveis e integradas. Neste contexto, todavia a psicologia parece ser vista como uma ciência sem um objecto único e bem definido, e tem simultaneamente múltiplas dimensões com relações pouco claras entre si.

Estará a causa desta indefinição no facto de a psicologia ser uma *ciência nova* e pouco sedimentada socialmente, conforme sugere um dos participantes, ou na lentidão do desenvolvimento científico que Meehl (1978) lhe criticou? Corresponderá a dimensão mais subjectiva da psicologia identificada pelos participantes à ciência *soft* que o autor contestou, por oposição a uma dimensão mais clínica, académica, sistemática?

Embora os dados que recolhemos não nos permitam responder cabalmente a estas questões, fornecem-nos ainda assim algumas pistas sobre o sentido das respostas. De facto, há neles uma série de factores que nos levam a crer que esta visão indefinida - ou pelo menos pouco definida - que os participantes têm da psicologia enquanto ciência deriva de falta de informação, pelo menos de informação do ponto de vista científico. Isto é, parece traduzir mais um conjunto de representações sociais fundadas na linguagem ou conhecimento do senso comum e não de um contacto directo com a sua aplicação enquanto

ciência (seja através do recurso a um profissional ou através da leitura de literatura relevante e actual).

E do ponto de vista da imagem pública da psicologia, este factor é determinante. Benjamim (1986, p. 945) salientava que “a imagem pública é uma questão bidimensional que reflecte popularidade e compreensão, isto é, como o público se sente em relação à psicologia (e aos psicólogos) e o que o público sabe sobre a psicologia (e o que os psicólogos fazem)”. Estes dados sugerem que há uma lacuna neste segundo nível (compreensão), o que certamente influenciará o primeiro (popularidade).

Das três dimensões que a nossa amostra, em geral, reconheceu à psicologia (subjectiva, objectiva e académica), as referências à dimensão académica são muito breves e pouco desenvolvias, deixando-nos a convicção de que os participantes só se recordaram dela porque o âmbito deste trabalho é precisamente um âmbito académico.

Além disso, a dimensão considerada pelos participantes como mais objectiva foi explicada, ora com referências muito vagas e gerais à resolução de problemas pessoais, ora a uma vertente médica onde ainda se nota uma clara dificuldade dos participantes, em geral, separarem a psicologia da psiquiatria,⁶ quiçá uma representação social que, não sendo nova e estando desactualizada, parece manter-se neste contexto. A propósito da percepção pública dos psicólogos clínicos, Dempsey (2007, p. 12) alertava precisamente para o perigo de este tipo de confusão levar o público a produzir juízos sobre os psicólogos clínicos com base em informação sobre outros profissionais ligados à saúde mental.

No entanto, talvez o melhor exemplo de que as representações sociais que parecem influenciar mais a imagem da psicologia se centram mais em estereótipos quase caricaturais - inclusivamente difundidos pela comunicação social - do que no conhecimento efectivo pelo contacto directo com a acção científica, está na persistência em identificar a psicologia com a psicanálise. Sydow e Reimer (1998) chamavam a atenção para a influência que a arte e os media tinham - e se previa que continuassem a ter - na imagem pública da psicologia, nomeadamente aproximando-a da psicanálise. São elucidativas a este respeito as associações entre a imagem do psicólogo e Freud, ou ainda da *chaise long* enquanto principal instrumento de trabalho do psicólogo.

⁶ Não obstante terem existido duas intervenções que distinguiam ambas as áreas, uma delas considerando a psicologia a “antecâmara” da psiquiatria, outra chamando a atenção para a dificuldade social em aceitar terapias que não envolvam químicos.

Conjugados, estes elementos levam-nos a crer, como dissemos, que a indefinição presente nos nossos resultados acerca do objecto e das dimensões da psicologia enquanto ciência se deve a falhas de informação *de facto*, uma informação resultante do estudo e do contacto directo com a psicologia e que parece estar a ser substituída pelo facilitismo de recurso a representações sociais culturalmente partilhadas que se encontram obsoletas e não são cientificamente fundamentadas. Talvez seja pertinente recuperar a recomendação de Dempsey (2007, p. 12), segundo o qual os psicólogos devem “embarcar numa campanha de conscientização pública para descrever claramente o seu papel, bem como delinear uma série de pontos fortes que estão associados à profissão.”

A representação da Psicologia como aplicada à infância e adolescência

Um segundo ponto que nos parece muito relevante é a existência de uma grande centralidade das crianças na representação que os participantes fazem, quer do trabalho do psicólogo, em geral, quer da sua actividade especificamente no contexto forense.

Começemos por recordar que, de acordo com a nossa amostra, o trabalho do psicólogo incide essencialmente sobre: i) o estudo de comportamentos e atitudes; ii) o acompanhamento sobretudo de crianças e adolescentes; iii) o tratamento de problemas pessoais. Ora, se retirarmos a vertente académica (estudo de comportamentos e atitudes) e a dimensão mais geral de resolução de problemas pessoais, a única actividade prática e específica referida foi precisamente o acompanhamento centrado nas crianças e adolescentes.

Mas esta centralidade das crianças torna-se mais clara quando atendemos às áreas de aplicação. Conforme vimos antes, a nossa amostra reconheceu três áreas de actuação aos psicólogos: educação, saúde e justiça. A centralidade das crianças na área da educação é por si só evidente. No entanto, ela está presente também na área da saúde, uma vez que, aparte as referências gerais ao tratamento de problemas pessoais, a intervenção do psicólogo na saúde foi associada à resolução de problemas emocionais mal resolvidos na infância e adolescência. Por fim, relativamente à área da justiça devemos recordar que os nossos participantes apontaram essencialmente duas áreas de intervenção do psicólogo no contexto judicial: a área de família e menores, com marcado destaque para a tutela de

menores, e ainda a área criminal, com igual prevalência dos crimes (sobretudo sexuais) contra menores.

Sabemos que a educação sempre foi um campo fértil para a psicologia aplicar os seus métodos (Benjamim, 1986, pp. 941-942). Será que o trabalho dos psicólogos, em geral e especificamente no contexto forense, se direciona sobretudo para as crianças e adolescentes, ou estaremos também aqui simplesmente perante uma representação social? Ou porventura existirá uma dinâmica recursiva entre ambos: o trabalho dos psicólogos e a investigação, em particular no âmbito forense (Gonçalves, 2012; Manita, 2002), têm incidido essencialmente sobre as crianças e jovens devido a representações sociais que se têm elaborado e partilhado no sentido de proteger ou apoiar este público em particular?

Devemos recordar que, conforme salientava um dos entrevistados, princípios como o *superior interesse da criança* reflectem precisamente a influência que os avanços registados na psicologia têm tido sobre a própria lei. Se for este o caso, será que não estamos a negligenciar outros públicos para favorecer este, ou tratar-se-á de um percurso de construção e consolidação dos âmbitos de intervenção?

A representação da Psicologia na relação com o Direito

O terceiro aspecto que considerámos mais relevante discutir prende-se com a representação que os participantes têm acerca da relação entre a psicologia e o direito. A este propósito, considerámos que os dados obtidos precisamente sob este título são os menos relevantes. De facto, quando questionados acerca desta relação, e especificamente sobre pontos de aproximação ou afastamento entre as duas ciências, recordemos que as respostas foram muito teóricas e abstractas.

Desde serem ambas ciências sociais que se debruçam sobre o ser humano ao facto de o direito ser mais frio e normativo, e a psicologia mais humana e livre, estas respostas pouco nos dizem acerca da imagem do psicólogo no contexto forense. O único dado relevante aqui será talvez a unanimidade com que todos reconhecerem haver muito mais a unir estas duas ciências do que a separá-las.⁷ De facto, “os contributos da psicologia forense para o exercício da justiça são reconhecidos, mas nem sempre adequadamente

⁷ Embora neste ponto em específico a própria construção da pergunta pode ter induzido este tipo de resposta.

compreendidos ou integrados por este, existindo tensões e desconexões que resultam de diferentes questões” (Manita, 2012, p. 19).

Há dois aspectos no conjunto dos dados que recolhemos que são, quanto a nós, muito reveladores da forma como a nossa amostra vê a relação entre a psicologia e o direito. O primeiro diz respeito precisamente às dificuldades de integração da psicologia no contexto judicial, por questões de carácter metodológico: i) falta de formação específica em psicologia; ii) o facto de a psicologia não dar respostas exactas; iii) utilização de uma linguagem técnica, difícil de interpretar; iv) utilização da psicologia como expediente dilatatório; v) concorrência de saberes difícil de aceitar por parte dos magistrados; vi) existência, no sistema judicial, de uma variedade de actores com posturas diferentes.

São “tensões e desconexões” muito concretas, que vão ao encontro de outras recentemente identificadas, como sejam o facto “destas áreas do saber assentarem em pressupostos filosóficos e terem objectivos diferentes, as diferentes concepções sobre a acção humana e sobre as causas do comportamento que possuem, as diferentes linguagens que usam, os diferentes métodos e teorias em que assentam ou com base nos quais intervêm, assim como a existência de concepções diferentes sobre o próprio conceito de Lei” (Manita, 1998 e Rua, 2006; em Manita, 2012).

É neste sentido que vem também o segundo aspecto que queremos salientar: o desconhecimento geral acerca dos instrumentos utilizados pelos psicólogos no seu trabalho. Será que um conhecimento mínimo acerca dos instrumentos utilizados pelos psicólogos ajudaria a compreender o porquê de a psicologia não dar respostas exactas e qual o valor das respostas que dá,⁸ ajudaria a quebrar as barreiras criadas pelas linguagens diferenciadas, e facilitaria a aceitação de um saber complementar ao da experiência dos magistrados, porque melhor compreendido por parte dos mesmos?

Se olharmos com atenção para cada um destes aspectos, veremos que parecem derivar essencialmente de desconhecimento e falta de comunicação efectiva entre as duas áreas. A melhor forma de ultrapassar cada uma daquelas dificuldades, em especial a falta de formação específica, a linguagem técnica e a concorrência de saberes, parece ser precisamente a formação e informação específicas destes actores, de preferência através de

⁸ Relembramos a chamada de atenção de Gonçalves (2010) para a necessidade do psicólogo forense ser humilde na sua intervenção pericial, reconhecendo e esclarecendo o próprio tribunal de que o seu conhecimento e capacidades são específicos, e que portanto a sua verdade é probabilística e não absoluta.

um apoio técnico que, conforme sugeria um dos participantes, não se resumisse às peritagens.

Vejamos, a título de exemplo, o que acontece com a psicologia do testemunho e a psicologia da mentira. Em ambos os casos, os nossos participantes demonstraram não só algum conhecimento acerca destas áreas, como clara necessidade de utilização dos mesmos no seu contexto de trabalho.

“Acontece muito nos acidentes de viação, em que os factos se passam em fracção de segundos, os julgamentos ocorrem anos depois e por vezes as pessoas quando são questionadas como testemunhas num julgamento acabam por fazer uma mescla, uma amálgama que é resultado daquilo que viram e ouviram no local e daquilo que reconstituíram tendo em conta o que viram, ouviram e a sua própria experiência pessoal de condutores. (...) É instintivo, é a nossa tendência para percebermos as coisas: o que não vimos tentamos reconstituir.”

“temos que perceber se a pessoa está a ser sincera ou não, se está a mentir ou a faltar à verdade. E se está a faltar à verdade saber o porquê. Muitas vezes as pessoas estão a faltar à verdade mas não estão a mentir.”

“O julgador é chamado a ter, designadamente na psicologia do testemunho, uma interpretação de quem está perante si, daquilo que lhe está a dizer, da forma como lhe está a dizer, tendo em vista conseguir perceber, na lógica do acontecimento, se o relato é verdadeiro, se é parcialmente verdadeiro, se tem alguma aparência de verdade, ou se é absolutamente falso.”

Ferreira (2011), por exemplo, estudou recentemente o testemunho e concluiu pela evidência de que a taxa de erro no testemunho ocular com recurso ao alinhamento é muito elevada: em cada 10 alinhamentos, independentemente do tipo, 7 resultaram na identificação de um inocente, uma evidência que não parece consonante com a importância que a lei atribui à prova por reconhecimento.

Estas são apenas algumas das referências a estas duas áreas de estudo e intervenção da psicologia - testemunho e mentira - que demonstram a pertinência destes conhecimentos

para esta amostra em específico. Se num raio de poucos quilómetros de distância do local de trabalho da maioria dos participantes têm sido desenvolvidos estudos académicos precisamente acerca destes temas, porque é que, assumindo as suas limitações e desconhecimento, os participantes não procuram aceder a resultados empíricos?

Será que as dificuldades de integração da psicologia no contexto forense se devem ao facto do conhecimento dito científico não chegar ao contexto judicial senão de forma muito indirecta e, certamente, distorcida, por exemplo através da arte ou dos media? Se os diversos actores judiciais acederem a este tipo de informação, nomeadamente a literatura pertinente do ponto de vista teórico e empírico, e se forem coadjuvados na sua aplicação, a imagem do psicólogo forense no contexto judicial poderá ser outra?

CONCLUSÃO

Como tivemos oportunidade de referir antes, a natureza qualitativa desta investigação permitiu-nos obter dados muito ricos e variados, dos quais apenas pudemos apresentar os que considerámos mais relevantes. Como tal, o processo que desenvolvemos de codificação e categorização, sempre orientado por uma atitude de questionamento e comparação constantes, permitiu-nos agregar dados sucessivamente até chegar às poucas questões que devem ser a conclusão deste esforço, e quem sabe um incentivo para outros.

As representações sociais para as quais apontam os resultados são, como qualquer representação social, um importante instrumento de aculturação. “Porque (...) são entidades mentais que têm em conta as crenças existentes e sistemas de valores, elas podem ser usadas para explicar atitudes e acções relativamente a um objecto de representação e permitir uma compreensão mais complexa e holística do todo” (Dempsey, 2007, p. 12). Como tal, se as conhecermos, poderemos aferir a sua adequação e, quando necessário, trabalhar na sua reformulação. Este estudo é, assim, apenas um contributo para o que se entende ser uma necessidade para o futuro da psicologia, nomeadamente neste contexto: trabalhar no sentido de alterar estas representações sociais a favor da imagem do psicólogo.

Recordemos que, ainda na década de 70, apesar de o público aparentemente conhecer melhor o trabalho dos psicólogos, ainda não estava convencido de que a psicologia era uma área tão valiosa como as tradicionais. No processo de promoção da imagem pública dos psicólogos, os objectivos estavam bem definidos e a mensagem ia sendo passada. A falha estava na falta de estudo dos resultados desse esforço, a “pesquisa de avaliação” (Thumin & Zebelman, 1967).

Neste sentido, esperamos que o presente estudo seja um contributo para dar a conhecer a imagem do psicólogo forense no contexto judicial. É nossa convicção de que, nesta área, há ainda muito trabalho a fazer: terminada a avaliação, é altura de retomar o processo, isto é, voltar a definir objectivos e voltar a passar a informação.

Como vimos, os principais problemas da integração da psicologia no contexto forense parecem estar precisamente ao nível da transmissão directa, para os profissionais que actuam neste contexto, do conhecimento que a psicologia vai gerando, sendo que a falta desse conhecimento parece afectar a imagem - e consequentemente a credibilidade -

do psicólogo enquanto técnico. Ao psicólogo forense, como à mulher de César, não basta ser: tem que parecer. O mesmo é dizer: não basta que tenha as competências, os conhecimentos, os instrumentos - é preciso que quem necessita do seu apoio saiba que os tem.

BIBLIOGRAFIA

- Benjamin, L. T. (1986). "Why Don't They Understand Us? A History of Psychologist's Public Image." *American Psychologist*, 41, (9), pp. 941-946.
- Bersoff, D. N. & Prasse, D. P. (1978). "Applied Psychology and Judicial Decision Making: Corporal Punishment as a Case in Point." *Professional Psychology*, Vol 9(3), pp. 400-411.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Dempsey, S. (2007). "The public perception of clinical psychologists: A discursive analysis." *Australian Psychologist*, 42(1), pp. 2-14.
- Dennis, P. (2002). "Psychology's Public Image in "topics of the Times": Commentary from the Editorial page of the New York Times between 1904 and 1947." *Journal of History of the Behavioral Sciences*, Vol. 38(4), pp. 371-392.
- Farberman, R. K. (1997). "Public Attitudes About Psychologists and Mental Health Care: Research to Guide the American Psychological Association Public Education Campaign." *Professional Psychology: Research and Practice*, 28(2), pp. 128-136.
- Fernandes, E. M. & Maia, A. (2001). "Grounded Theory", em Fernandes E. M. e Almeida L. S. (Eds), *Métodos e Técnicas de Avaliação. Contributos para a prática e investigação*. Braga: Centro de estudos em Educação e Psicologia, pp. 49-76.
- Ferreira, P. (2011). *Identificações em Alinhamentos Policiais: Factores Determinantes*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Dissertação de Mestrado.
- Gonçalves, R. A. (1996). Psicologia da justiça: "Um longo passado para uma designação recente." *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, pp. 207-218.

Gonçalves, R. A. & Machado, C. (Coords.). (2005). *Psicologia forense*. Coimbra: Quarteto.

Gonçalves, R. A. (2010). “Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios.” *Análise Psicológica*, 1(XVIII), pp. 107-115.

Gonçalves, R. A. (2012). “A Psicologia da Justiça em Portugal: Uma viagem partilhada com Carla Machado”. *Análise Psicológica*, XXX (1-2), pp. 7-13.

Gonçalves, R. A., e Machado, C. (2011). “Psicologia da justiça em Portugal: Desenvolvimentos, conquistas e desafios.” em M.P. Lopes, P. Palma, R. Bártole-Ribeiro, & M.P. Cunha (Coords.), *Psicologia Aplicada* (pp. 175-188). Lisboa: Editora RH.

Hayes, S. C. (2004). “Falsification and the protective belt surrounding entity-postulating theories.” *Applied and Preventive Psychology*, 11, 35–37. doi:10.1016/j.appsy.2004.02.004

Jodelet, D. (1994). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Jones, R. (Ed.) (1984). *Attitudes and attitude change in special education: theory and practice*. CEC-ERIC, EUA.

Hampton, B. (1970). “How Others See Us”. *Professional Psychology*, 1(4): 381-382.

Lilienfeld, S. O. (2010). *Can psychology become a science? Personality and Individual Differences*, 49, 281–288. doi:10.1016/j.paid.2010.01.024

Holanda, A. (2006). “Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica.” *Análise Psicológica*, 3(XXIV), pp. 363-372.

La Cuesta, B. (1998). “El investigador como instrumento flexible de la indagación.” *International Journal of Qualitative Methods*, 2(4), pp. 1-24.

Lilienfeld, S. O. (2011). "Public Skepticism of Psychology: Why Many People Perceive the Study of Human Behavior as Unscientific". *American Psychologist*. Advance online publication. doi: 10.1037/a0023963

Machado, C. (2005). "Evoluções paradigmáticas na avaliação forense." *Psicologia. Teoria, Investigação e Prática*, 10, pp. 47-63.

Machado, C. (2006). "Psicologia forense: Desenvolvimentos, cientificidade e limitações." *Revista do Ministério Público*, 106, pp. 5-24.

Manita, C., & Machado, C. (2012). "A Psicologia Forense em Portugal – novos rumos na consolidação da relação com o sistema de justiça." *Análise Psicológica*, XXX (1-2), pp. 15-32.

Matos, M., Gonçalves, R. A., & Machado, C. (Coords.). (2011). *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios*. Braga: Psiquilíbrios.

McNeil, E. B. (1959). "The Public Image of Psychology". *American Psychologist*, Vol. 14(8), pp. 520-521.

Meehl, P. E. (1978). "Theoretical risks and tabular asterisks: Sir Karl, Sir Ronald and the slow progress of soft psychology." *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 46, pp. 806-834.

Miller, G. A. (2004). "Another quasi-30 years of slow progress." *Applied and Preventive Psychology*, 11, pp. 61–64. doi:10.1016/j.appsy.2004.02.010

Murstein, B. I. & Fontaine, P. A. (1993). "The Public's Knowledge About Psychologists and Other Mental Health Professionals." *American Psychologist*, 48(7), pp. 839-845.

Oliveira, B. (2011). *Mentira: conhecimento culpado, pestanejo e frequência cardíaca*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Dissertação de Mestrado.

Santos, M. & Luz, E. (2011). "Grounded Theory segundo Charmaz: experiências de utilização do método." *Infiresources. Publicação on line*. Site <http://www.infiresources.ca/MyScriptorAdmin/scripto.asp?resultat=462761>. Acesso em 15 de Maio de 2014.

Sendas, S., Maia, A. & Fernandes, E. (2007). "Quem desenterra as histórias sepultadas no cemitério da memória talvez não as termine e quem as escuta talvez não as consiga escrever... Análise dos aspectos autobiográficos das histórias de vida dos ex-combatentes pela Grounded Theory". Em Martins, M. e Pinto, M. (org.) (2008). *Comunicação e cidadania: actas do Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 5, Braga, Portugal, 2007*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. ISBN 978-989-95500-1-8. pp. 1292-1298.

Silva, C. & Bem-haja, P. (2014). As potencialidades e os limites da psicologia forense. Em Paulino, M & Almeida, F. (Eds.), *Psicologia, Justiça & Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*. Lisboa: Pactor, Lidel, pp: 29-55.

Smith, M. B. (1990). "Psychology in the Public Interest - What Have We Done? What Can We Do?" *American Psychologist*, 45(4), pp. 530-536.

Sydow, K. & Reimer, C. (1998). "Attitudes toward Psychotherapists, Psychologists, Psychiatrists and Psychoanalysts - A Meta-Content Analysis of 60 Studies Published between 1948 and 1995." *American Journal of Psychotherapy*, 52(4), pp. 463-488.

Tavares, P., Laneiro, T., Pereira, J. & Viseu, J. (2010). Reputação da Profissão de Psicólogo: um Estudo Exploratório. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho, pp. 1805-1819.

Thumin, F. & Zebelman, M. (1967). "Psychology versus psychiatry: a study of public image." *American Psychologist*, 22, pp. 282 -286.

Vijver, F. (1995). "ITC Bulletin - Psychology and Law: Introduction." *European Journal of Psychological Assessment*, 11(1), pp. 58.

Webb, A. (1989). "What's in a Question? Three Methods for Investigating Psychology's Public Image". *Professional Psychology: Research and Practice* 20(5), pp. 301-304.

Webb, A. R. & Speer, J. R. (1986). "Prototype of a Profession: Psychology's Public Image". *Professional Psychology: Research and Practice*, 17(1), pp. 5-9.

Wood, W., Jones, M. & Benjamin, L. T. (1986). "Surveying Psychology's Public Image." *American Psychologist* 41(9), pp. 947-953.

ANEXOS

Anexo 1 - Consentimento informado.

Consentimento informado para entrevista semi-estruturada

Eu, _____ aceito participar no estudo da autoria de Ricardo Filipe da Silva Cardoso (Aluno do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro), orientado pelo Professor Doutor Carlos Fernandes da Silva e pela Professora Doutora Catarina Pires da Rosa, no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Forense. Foram-me explicados e compreendo os objectivos principais deste estudo e aceito responder a uma entrevista que explora questões relacionadas com o papel do psicólogo forense no contexto judicial. Autorizo ainda que esta entrevista seja gravada para posterior tratamento de dados, e que estes sejam publicados anonimamente no âmbito da dissertação. Compreendo ainda que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo eu desistir a qualquer momento até à entrega da dissertação, situação em que toda a informação obtida permanecerá estritamente confidencial.

Nome _____

Assinatura _____

Data ____/____/____

Anexo 2 - Questões relativas à caracterização da amostra.

1. Sexo

Masculino ☐

Feminino ☐

2. Profissão

Juiz ☐

Magistrado do M. Público ☐

3. Idade

4. Anos de carreira

5. No âmbito pessoal (não profissional), já alguma vez consultou um psicólogo?

Não ☐

Sim ☐

6. (se respondeu sim) Como definiria essa experiência?

<i>Muito má</i>	<i>Má</i>	<i>Razoável</i>	<i>Boa</i>	<i>Muito boa</i>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Existe algum psicólogo entre os seus familiares ou amigos?

Não ☐

Sim ☐